

GT20: ANTROPOLOGIA ENGAJADA: relatos de pesquisa sob as perspectivas teórico-metodológicas e éticas

Fernanda Valli Nummer, Maria Cristina C de C França

No Brasil, a Antropologia ainda procura ampliar sua visibilidade através do aumento crescente em enfoques no envolvimento da pesquisa na prática das transformações do mundo social. Esse forte apelo tem sido envolvido em questões teórico metodológicas denominadas de antropologia engajada, antropologia aplicada, antropologia prática, entre outros. Na antropologia americana, que tem orientado essas reflexões, os autores distinguem uma série de formas de envolvimento: partilha e apoio nos cotidianos das interações do trabalho de campo; ensino e educação pública; crítica social; participação e liderança colaborativa durante o trabalho de campo; em ações judiciais como testemunha especializada; e o ativismo que tem como base a ideia de que o antropólogo tem compromissos como cidadão quando confrontado com as violações ou sofrimento de outros (Low; Merry, 2010). Nos casos das pesquisas antropológicas reconhecidamente engajadas, os dilemas da ciência antropológica brasileira, em tempos de decolonialidades, emergem com novas questões em discussão. O GT busca analisar consensos e particularidades que envolvem pesquisas de campo engajadas na antropologia brasileira. A interação entre pesquisador e seus interlocutores na pesquisa etnográfica é, por vezes, muito prolongada e envolve afinidades significativas aos sujeitos do processo, quando e como podemos chamar nossos estudos antropológicos de "engajados" na atualidade?

Tecer-pensar redes de solidariedade: reflexões teórico-metodológicas sobre pesquisa e militância junto à Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as

Autoria: Ana Clara Klink de Melo

O presente trabalho tem por objetivo discutir o estatuto e as implicações do conhecimento que tem sido produzido em uma etnografia realizada, desde a segunda metade de 2021, junto à Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as, associação localizada na zona leste paulistana voltada ao ativismo na pauta anticarcerária e ao apoio, acolhimento e orientação de pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo sistema de justiça criminal. A pesquisa segue os fios de trajetórias urbanas de indivíduos e famílias que gravitam ao redor do coletivo e olha para a produção de espaços liminares entre a rua e a prisão. Isto é, o que significa viver no "entre" a prisão e a liberdade e como se articulam e operam as forças e dispositivos que acionam a circulação de um lugar a outro. Ao mesmo tempo em que a entrada em campo significou ter de enfrentar as dificuldades de aproximação de um universo marcado pelo estigma e pela desconfiança (GODOI, 2015), lidar com pessoas, suas dores e urgências colocou questões sobre como responder às implicações políticas emergentes do trabalho etnográfico (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Por isso, nos últimos meses, além de acompanhar o cotidiano da associação, passei a construir ações de ativismo e militância e a atuar em sua frente de orientação jurídica - em função de ter também formação em direito -, dividindo no campo o "tempo acadêmico" com o "tempo da urgência" (MALVASI et al, 2018). Me proponho então a refletir sobre uma ordem de questões político-epistemológicas que não apenas são consequência dos caminhos que escolhi para estar lá, como também refletem as implicações do meu lugar no campo sobre as trajetórias de vida que tenho acompanhado. Em um primeiro momento, discutirei as limitações, potencialidades e o alcance de um olhar situado nas fronteiras entre o ser pesquisadora, militante e advogada. Em seguida, me proponho a pensar sobre práticas de cuidado e afeto no campo (LOW; MERRY, 2010, p. 207) como produtoras de conhecimento, e sobre como meu lugar de participação e engajamento é também constituinte das redes de solidariedade que têm se mostrado capazes de prospectar e fortalecer linhas de fuga dos circuitos de exclusão que

parecem sempre em vias de levar à prisão. Partindo de reflexões sobre os significados de uma "antropologia engajada", olho para como se colocam diante de um campo em que redes de cuidado e apoio - seja na forma de escuta, amparo, seja na forma de tradução do universo jurídico, tão determinante quanto inacessível para pessoas atravessadas pela justiça criminal -, são centrais para contrapor forças de violência e coerção e possibilitar outras formatações de vida.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

